

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| NOTA DA AUTORA | 11 |
| LISTA DE SIGLAS | 17 |
| PREFÁCIO | 19 |
| 1. A ORIGEM | |
| O EIXO PÚBLICO-LEGAL | 23 |
| 1.1 Uma categoria plural | 24 |
| 1.2 Norma especial | 31 |
| 1.3 Regra para o legislador | 35 |
| 2. A ADMISSIBILIDADE | |
| UMA DECISÃO POLÍTICA | 39 |
| 2.1 A construção da (in)disponibilidade do crédito tributário | 39 |
| 2.2 A expressão por instrumento legal | 47 |
| 2.3 O condicionamento da ação intersubjetiva | 54 |
| 2.4 O devido procedimento legiferante | 58 |
| 2.4.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) | 59 |
| 2.4.2 Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) | 60 |
| 2.4.3 Benefícios fiscais em contribuições previdenciárias | 61 |
| 2.4.4 Instrumentos de gestão de política econômica | 61 |
| 2.5 A indicação de agente administrativo | 63 |

| | |
|---|-----|
| 3. A ELABORAÇÃO | |
| O JUÍZO DO ADMINISTRADOR | 65 |
| 3.1 Competência | 67 |
| 3.2 Motivo..... | 72 |
| 3.2.1 O litígio e os meios de solução | 72 |
| 3.2.2 A materialização da obrigação tributária | 82 |
| 3.2.3 A relação tributária multiforme..... | 86 |
| 3.3 Finalidade..... | 97 |
| 3.3.1 (De)terminação do litígio..... | 97 |
| 3.3.2 A (in)distingção nas intercorrências sobre o crédito tributário | 102 |
| 3.4 Mérito: a (des)autorização | 120 |
| 3.4.1 Discretariedade para o administrador tributário? | 120 |
| 3.4.2 Critérios para o avaliador | 125 |
| 3.5 Forma | 136 |
| 4. A IDENTIFICAÇÃO | |
| AUTOCOMPOSIÇÃO BILATERAL CONDICIONADA..... | 139 |
| 4.1 Um complexo enquadramento | 140 |
| 4.2 Parâmetros de investigação..... | 150 |
| 4.2.1 A capacidade jurídica dos agentes | 150 |
| 4.2.1.1 O sujeito ativo | 151 |
| 4.2.1.2 O sujeito passivo | 153 |
| 4.2.2 As concessões mútuas..... | 155 |
| 4.2.3 A exteriorização | 165 |
| 4.3 Eficácia e execução | 166 |
| 5. A FISCALIZAÇÃO SISTÊMICA | |
| NA FUNCIONALIDADE DO DIREITO, O CONTROLE DO AGIR | 169 |
| 5.1 Regime de irregularidade(s) no procedimento | 170 |
| 5.2 Os direitos de impugnação | 178 |
| 5.2.1 A acusação de inconstitucionalidade | 179 |
| 5.2.2 O autocontrole da Administração Pública..... | 184 |
| 5.2.3 A verificação dos Tribunais de Contas | 188 |
| 5.2.4 A vigilância do Ministério Público | 191 |
| 5.2.5 O protesto do cidadão | 195 |
| REFERÊNCIAS..... | 199 |